ESCRITORES DA AMÉRICA

ABRAÃO LINCOLN

UNIÃO E LIBERDADE

Seleção, tradução e notas de

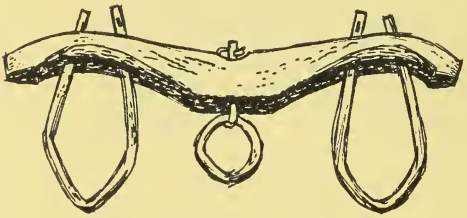
ARMANDO CORREIA PACHECO

com um prefácio de

DAVID C. MEARNS

UNIÃO PAN-AMERICANA
WASHINGTON

LINCOLN ROOM



UNIVERSITY OF ILLINOIS
LIBRARY

A Divisão de Filosofia, Letras e Ciências do Departamento de Assuntos Culturais da União Pan-Americana propõe-se a publicar duas séries de livros, sob os seguintes títulos:

ESCRITORES DA AMÉRICA

PENSAMENTO DA AMÉRICA

Estas séries compreenderão as mais transcendentes expressões da literatura e do pensamento filosófico, social e político do Continente Americano. As duas coleções não só revelarão páginas belas, hoje esquecidas, mas também incluirão aquêles escritos que, por sua primazia estética, pela originalidade de suas teses ou pela importância de sua erudição, constituem o tesouro de nosso patrimônio cultural.

As obras aparecerão, primeiramente, em seu idioma original e, em seguida, para sua mais ampla difusão, em esmeradas traduções. Os volumes serão apresentados em forma antológica ou monográfica, precedidos sempre dos estudos necessários para situar o autor ou compreender mais cabalmente o tema que se expõe. Copiosa bibliografia —se fôr possível exaustiva— aumentará o valor de cada livro.

Para formar as aludidas séries, solicitou-se a cooperação de eminentes escritores e professôres da América, especializados em cada matéria. Graças a tão valiosa colaboração, generosamente prometida, teremos o privilégio de divulgar estudos técnicos de primeira categoria, que virão a enriquecer nosso acervo cultural. Os que se interessarem pelo pensamento e a literatura da América, terão assim, à sua disposição, um material coerente e acessível.

UNIÃO PAN-AMERICANA

DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS CULTURAIS

DIVISÃO DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS

Obras publicadas

ESCRITORES DA AMÉRICA

JUSTO SIERRA: EDUCACIÓN E HISTORIA
Selección, prólogo y notas de Ermilo Abreu Gómez
CARLOS ARTURO TORRES: HACIA EL FUTURO
Selección, prólogo y notas de Ermilo Abreu Gómez
POETAS PRECURSORES DEL MODERNISMO
Selección, prólogo y notas de Arturo Torres Rioseco
MACHADO DE ASSIS, ROMANCISTA
Seleção, prefácio e notas de Armando Correia Pacheco
JUSTO AROSEMENA: ENSAYOS MORALES
Selección y prólogo de Ermilo Abreu Gómez
JOSÉ MARTÍ: PROSAS
Selección, prólogo y notas de Andrés Iduarte
ESCRITORES DE COSTA RICA: JOAQUÍN GARCÍA MONGE, ROBERTO BRENES MESÉN Y CARMEN LIRA
Selección, prólogo y notas de Ermilo Abreu Gómez
JOAQUIM NABUCO: ACCIÓN Y PENSAMIENTO
Traducción, prólogo y notas de Armando Correia Pacheco
ENRIQUE GÓMEZ CARRILLO: WHITMAN Y OTRAS CRÓNICAS
Selección, prólogo y notas de Ermilo Abreu Gómez
ABRAHAM LINCOLN: UNIÓN Y LIBERTAD
Selección, traducción y notas de Armando Correia Pacheco
ABRAÃO LINCOLN: UNIÃO E LIBERDADE
Seleção, tradução e notas de Armando Correia Pacheco
JUAN VICENTE GONZÁLEZ: HISTORIA Y PASIÓN DE VENEZUELA
Selección, prólogo y notas de Arturo Uslar-Pietri

PENSAMENTO DA AMÉRICA

LA FILOSOFÍA LATINOAMERICANA CONTEMPORÁNEA
Selección, prólogo y notas de Aníbal Sánchez Reulet

ABRAÃO LINCOLN

Impreso en México
TALLERES GRAFICOS DE LA NACION

ESCRITORES DA AMERICA

ABRAÃO LINCOLN

UNIÃO E LIBERDADE

Seleção, tradução e notas de

ARMANDO CORREIA PACHECO

com um prefácio de

DAVID C. MEARNS

UNIÃO PAN-AMERICANA • WASHINGTON

Digitized by the Internet Archive
in 2012 with funding from
University of Illinois Urbana-Champaign

http://www.archive.org/details/unioeliberdade00linc

973.7L63
K1950a
LINCOLN ROOM

INDICE

Advertência 9
Prefácio 13
Esbôço autobiográfico de Lincoln 15
Carta a Joshua Speed 26
Discurso de Edwardsville 28
Pensamentos sôbre a escravidão 29
Discurso de despedida em Springfield 30
Discurso de posse do Primeiro Mandato 31
Carta a Horace Greeley 39
Meditação sôbre a vontade de Deus 40
Segunda mensagem anual ao Congresso 41
Carta a James C. Conkling 42
A Oração de Gettysburg 46
Carta a A. G. Hodges 47
Carta à Sra. Bixby 50
Discurso de posse do Segundo Mandato 51
Bibliografia 57

25 Ja 55 HSearch

ADVÊRTENCIA

> Creio que êste govêrno não pode perdurar, ao mesmo tempo, livre e escravo.
>
> LINCOLN

Apresentamos neste volume algumas das páginas mais belas e pujantes de Abraão Lincoln. A sua copiosa produção oferece campo vastíssimo a quem lhe estuda o vigoroso pensamento e a intensa sensibilidade. Por isso mesmo, foi árdua tarefa separar os aludidos textos de tão vultoso conjunto literário; permanecia sempre, insistente, a tentação de inserir outros não menos profundos e admiráveis. Adotou-se, portanto, o seguinte critério: incluir na coletânea apenas aquelas passagens de Lincoln em que menos se fazem sentir as circunstâncias transitórias de tempo e lugar; em suma, as mais universais.

Nestas linhas, cheias de humanidade e ternura, palpita a generosa paixão do grande homem, e também a fôrça expressiva com que soube transmití-la aos seus compatriotas, evitando sempre quaisquer ornatos supérfluos que pudessem empanar a nitidez meridiana dos conceitos. A constante leitura da Bíblia iniciou-o na difícil arte da enérgica sobriedade. Estas seleções revelarão —desde a íntima carta ao seu amigo Joshua Speed até ao vibrante discurso de posse do segundo mandato— a trajetória inflexível de uma consciência pura, consagrada a um duplo ideal: salvar a União e libertar o escravo.

Os textos, dispostos em ordem cronológica, são precedidos por um ensaio, à guisa de prafácio, do Sr. David C. Mearns, autor de uma recente e valiosa obra sôbre Lincoln, [1]

---

[1] *The Lincoln papers* (The Story of the Collection wich Selections to July 4, 1861). New York, Doubleday & Co., Inc., 1948, 2 vols.

e por um importante esbôço autobiográfico do último, pouco conhecido na América Latina. O volume completa-se com uma bibliografia forçosamente sumária, mas fundamental, para os que desejarem aprofundar-se no fascinante estudo da vida e da obra do Presidente-Mártir.

PREFÁCIO

Para o povo de sua terra, Abraão Lincoln significa a afirmação do ideal democrático. De origens humildes, cresceu em grandeza de maneira tão natural e tão dolorosa como outros crescem em idade. Da vitória sôbre os obstáculos surgiu o herói. Com o seu exemplo, continua a exercer uma benéfica influência em seus compatriotas através das gerações. "Êle foi um de nós," dizem êles, e acrescentam com esperança: "Parecemo-nos um pouco com êle." Assim, Lincoln tornou-se para seus conterrâneos em membro da mesma família, num verdadeiro irmão. Cada qual procura descobrir nêle um traço ou uma circunstância semelhante.

Êste culto nacional à sua memória deu origem a uma vasta literatura. Segundo os dados mais recentes, a bibliografia sôbre Lincoln compreende cêrca de quatro a cinco mil volumes. Os autores dessas obras concordam em que Lincoln possuiu, ao lado de pequenos defeitos, virtudes extraodinárias, mas divergem quando se trata de pormenores, definições ou ênfases. Isso o explica, em parte, a personalidade complexa e obscura de Lincoln. Demais, como criatura humana, Lincoln passou, às vêzes, por transformações surpreendentes. Como político local, não foi nem melhor nem pior que os outros políticos locais e permaneceu completamente desconhecido além dos limites de sua região. Contudo, servindo-se da maior fama dos seus rivais, chegou a ser o Primeiro Magistrado dos Estados Unidos. Sem haver adquirido bastante experiência administrativa em seus cargos anteriores, teve que dirigir o govêrno do país no período mais crítico e trágico de sua história. Embora se tenha distinguido pela moderação dos seus pontos de vista, era capaz de tomar decisões radicais sempre que se tratava da liberdade.

Foi modesto e ambicioso, simples e sutil, sublime e mundano, sentimental e indiferente, decoroso e ofensivo, circunspecto e vulgar, indulgente e severo, confiante e inquieto. Tais elementos, contudo, eram mutáveis, passageiros, intangíveis e

ambíguos. Os que tentaram fixá-los, determinando que êle era isto ou aquilo ou qualquer outra espécie de criatura, conseguiram captar, com suas interpretações vacilantes, apenas a sombra mortal do vulto glorificado. Lincoln viveu detrás do seu humor. Porém, nessa imagem confusa, há um perfil de transcendente realidade, o qual fascina precisamente porque se esquiva.

Ciente da impossibilidade de "subtrair-se ao juízo da História," conseguiu, todavia, escapar de maneira magnífica aos historiadores. Os que o perseguem não lhe podem alcançar o ágil espírito. Continua, entretanto, a corrida vertiginosa. Sua sensibilidade, sua perseverância, suas intuições, expressam o surto dos anelos da humanidade.

Sim, o povo dos Estados Unidos tem razão: Lincoln foi um dêles e êle mesmo não o teria desejado de outra maneira. Ralou, em nome dos seus compatriotas, no cemitério de Pensilvânia, onde os vivos se dedicaram a uma nobre causa; nos degraus do Capitólio, em Washington, onde pensou as feridas da nação; e naquelas sublimes linhas de consôlo a uma viúva solitária, mãe sofredora de cinco filhos sacrificados na Guerra de Secessão. Lincoln tinha o dom da expressão. Sabia sempre o que devia dizer. "Eu não poderia ser escravo nem senhor." A sua voz ainda se faz ouvir.

DAVID C. MEARNS.

ESBOÇO AUTOBIOGRÁFICO DE LINCOLN [1]

Abraão Lincoln nasceu, a 12 de fevereiro de 1809, no antigo município de Hardin (atualmente de la Rue), no estado de Kentucky. Seu pai Tomás e seu avô Abraão viram a luz no município de Rockingham, no estado de Virgínia, onde se haviam estabelecido os seus antepassados, oriundos do município de Berks, em Pensilvânia. Não foi possível remontar além na determinação desta genealogia. Os membros da família eram originàriamente quacres; abandonaram, contudo, mais tarde os costumes próprios desta seita.

O avô Abraão teve quatro irmãos: Isaac, Jacó, João e Tomás. Segundo consta, os descendentes de Jacó e João ainda se encontram em Virgínia. Isaac estabeleceu-se na região em que confinam os estados de Virgínia, Carolina do Norte e Tennessee; os seus descendentes continuam a habitar o mesmo local. Tomás veio para Kentucky, onde viveu muitos anos até a sua morte; seus descendentes partiram daí para o estado de Missouri.

Abraão, o avô do personagem de que se trata, trasladou-se para Kentucky, onde foi morto pelos índios por volta de 1784; sobreviveram-lhe a mulher, três filhos e duas filhas. O seu primogênito Mordecai permaneceu em Kentucky por muitos

---

[1] Designado como candidato do Partido Republicano à Presidência dos Estados Unidos, Lincoln escreveu na terceira pessoa, por volta de 1 de junho de 1860, sem nenhuma preocupação literária, o esbôço acima, fornecendo assim os dados fundamentais para as biografias que iam ser elaboradas durante a campanha eleitoral. Oferecemos aqui, quase integralmente, a tradução portuguêsa dêste notável documento, cuja principal característica é a modéstia e a oralidade. Cf. Philip Van Doren Stern, *The Life and Writings of Abraham Lincoln,* edited, with a biographical essay, by Philip Van Doren Stern. New York: Random House, 1940, p. 599-608. Cp. com "Letter to J. W. Fell," *apud* Stern, *op. cit.*, p. 564-566. Trata-se de um outro esbôço autobiográfico muito mais resumido, escrito, em 20 de dezembro de 1859, em Springfield.

anos, mudando-se finalmente para o município de Hancock, em Illinois, onde veio a falecer pouco depois e onde ainda se encontram vários dos seus descendentes. Josias, o segundo filho, foi estabelecer-se muito cedo num local sôbre o rio Azul, que atualmente faz parte do município de Hancock, em Indiana, mas até o momento nada mais se pôde averiguar a respeito de sua família. Maria, a filha mais velha, casou-se com Ralph Crume; sabe-se que alguns dos seus descendentes vivem no município de Breckenridge, em Kentucky. Nancy, a segunda filha, casou-se com William Brumfield; consta que sua família partiu de Kentucky, mas é tudo o que se sabe a seu respeito.

Tomás, o caçula e pai do personagem de que se trata, era muito criança quando perdeu o seu progenitor e, em virtude das privações que sofreu sua mãe, teve que tornar-se, mesmo na infância, um como que jornaleiro errante, razão por que cresceu pràticamente sem nenhuma instrução. Nunca aprendeu a escrever: sabia apenas garatujar o próprio nome. Antes de atingir a maioridade, trabalhou um ano na fazenda de seu tio Isaac, situada sôbre o Wautuga, um afluente do rio Holston. Voltou mais tarde para Kentucky e, aos vinte e oito anos de idade, em 1806, contraiu matrimônio com Nancy Hanks, a mãe do personagem de que se trata. Nancy Hanks nasceu também em Virgínia; vários parentes seus, com o mesmo ou outros sobrenomes, residem atualmente nos municípios de Coles, Macon e Adam, em Illinois, e também em Iowa.

O presente personagem não tem, no momento, irmãos germanos, consanguíneos ou uterinos. Teve uma irmã, mais velha, que chegou a casar-se, mas há muitos anos que faleceu; e também um irmão mais moço que morreu na infância. Antes de partir de Kentucky, Abraão e sua irmã freqüentaram, durante breves períodos, duas escolas primárias; a primeira dirigida por Zacarias Riney e a segunda por Caleb Hazel.

Seu pai vivia então em *Knob Creek*, próximo à estrada que vai de Bardstown, em Kentucky, a Nashville, em Tennessee, num local situado a uma distância de cêrca de seis quilômetros ao sul ou sudoeste de *Atherton's Ferry* sôbre o *Rolling Fork*.

No outono de 1816, trasladou-se daí para o atual município de Spencer, em Indiana; Abraão tinha então oito anos de idade. Essa mudança foi causada, em parte, pela escravidão, mas principalmente em virtude de dificuldades relacionadas com títulos de terras, em Kentucky. Tomás Lincoln estabeleceu-se então numa floresta virgem; o primeiro problema que se lhe deparou foi desbravar aquelas ínvias brenhas. Abraão, pequeno de idade mas grande de corpo, viu-se imediatamente com um machado nas mãos; e desde então até aos vinte e três anos, jamais deixou de manejar constantemente tão útil instrumento —com menos frequência, sem dúvida, nas estações de lavra e colheita. Foi aí que, muito cedo, se estreou pela primeira e última vez como caçador. Eis como isso se deu: um dia, pouco antes de completar os seus oito anos, estava na cabana rústica de sua família, quiando viu um bando de perus selvagens passar em revoada; como seu pai estava ausente, apanhou de uma espingarda, fêz pontaria através de uma fresta e disparou, havendo abatido uma das aves. Desde então, jamais puxou o gatilho contra qualquer espécie de caça.

No outono de 1818, sua mãe veio a falecer. Um ano depois, seu pai contraiu, em Elizabethtown, Kentucky, novas núpcias com a Sra. Sally Johnston, uma viúva com três crianças do primeiro matrimônio. Esta veio a revelar-se uma bondosa mãe para Abraão, e vive ainda no município de Coles, em Illinois. Não houve prole dêste segundo casamento. O pai de Abraão continuou a habitar o mesmo local em Indiana até 1830.

Nesse período Abraão freqüentou, por breves momentos, as escolas primárias de Andrew Crawford, William Sweeney e Azel W. Dorsey. Não se lembra de nenhuma outra. A família do Sr. Dorsey vive atualmente no município de Shuyler, em Illinois. Abraão avalia agora que o seu contacto com a escola não chegou a durar um ano. Jamais cursou qualquer universidade ou academia e, até obter autorização para exercer a advocacia, nunca entrou no edifício de qualquer estabelecimento de ensino superior. Tudo o que sabe aprendeu por si mesmo.

Aos vinte e três anos, separou-se de seu pai. Foi então que estudou gramática inglêsa, imperfeitamente, sem dúvida, mas bastante para falar e escrever com suficiente correção. Depois de tornar-se membro do Congresso, estudou a fundo os seis livros de Euclides. Lamenta sua falta de instrução e faz todo o possível para remediá-la. Aos dez anos levou um coice de cavalo que o deixou sem sentidos por algum tempo. Aos dezenove, quando ainda residia em Indiana, fêz a sua primeira viagem pelo Mississipi, numa chata, até Nova Orleans. A sua única companhia foi o filho do proprietário para quem trabalhava. Em virtude de parte da carga que levavam, tiveram que navegar muito lentamente, fazendo muitas escalas, para comerciar, ao longo da costa famosa por suas plantações de açúcar. Certa noite foram atacados por sete negros, decididos a roubar e a matar. Depois de renhida luta, de que saíram um tanto feridos, conseguiram rechaçar os assaltantes do barco. Cortaram então os cabos, levantaram ferro e zarparam.

Pouco depois de haver Abraão completado vinte e um anos de idade, seu pai e família, juntamente com as famílias das duas filhas e genros da madrasta do primeiro, partiram, a 1 de março de 1830, da velha habitação de Indiana. O meio de transporte empregado foram carros de bois, havendo Abraão dirigido um dêles. Alcançaram o município de Macon, onde se demoraram por algum tempo durante o mesmo mês de março. Seu pai e família estabeleceram-se num local sôbre a margem norte do rio Sangamon, na orla da floresta e da planície, cêrca de dezesseis quilômetros a oeste de Decatur. Aí construíram para morada uma cabana de toros; fizeram ao mesmo tempo ripas em número suficiente para abranger uma superfície de cinco hectares; cercaram com elas o terreno e arroteraram, em seguida, o solo, o qual produziu uma boa colheita de milho no mesmo ano...

Os genros estabeleceram-se temporàriamente em outras partes do município. No outono o impaludismo, doença à qual não estavam acostumados, os colheu a todos de surprêsa, abatendo-os de tal maneira que decidiram abandonar o local.

Permaneceram, contudo, até o fim do seguinte inverno, que veio a tornar-se célebre em Illinois por causa das violentas tempestades de neve que cobriram, em grande profundidade, tôda a região.

Na aludida estação, Denton Offut contratou Abraão, o filho da madrasta dêste, chamado João D. Johnston, e João Hanks, para levarem uma chata de Beardstown, em Illinois, a Nova Orleans. Para êsse fim, deveriam reunir-se a Offut em Springfield, Illinois, logo que terminasse o degêlo. Isso se deu por volta de 1 de março de 1831; a região foi então inundada de tal modo, que qualquer comunicação por terra se tornou impossível. Para obviar a tal dificuldade, êles compraram uma canoa bem grande, na qual desceram o rio Sangamon. Foi assim que Abraão entrou pela primeira vez no munícipio de Sangamon. Segundo havia sido combinado, encontraram Offut em Springfield, mas qual não foi a su decepção ao saberem que aquêle não tinha podido conseguir um barco em Beardstown! Tiveram, portanto, que pôr mãos à obra: Offut assalariou-os para um novo trabalho; as árvores da região lhes forneceram a madeira necessária e com ela construíram um barco na cidade de *Old Sangamon* sôbre o río Sangamon, cêrca de onze quilómetros a noroeste de Springfield. Foi nesta embarcação que seguiram viagem para Nova Orleans, segundo os têrmos do primeiro contrato.

Durante essa excursão fluvial, Offut, que até então não passava de um mero desconhecido, começou a simpatizar com Abraão e, vendo que êste poderia vir a prestar-lhe um bom serviço, fez-lhe a seguinte proposta: em seu regresso de Nova Orleans, queria que Abraão trabalhasse para êle como encarregado de uma loja e de um moinho de que era propietário, em *New Salem*, então no município de Sangamon, atualmente no de Menard. Hanks não foi até Nova Orleans; decidiu voltar de São Luís, pois tinha família e receava permanecer ausente do lar por mais tempo do que, a princípio, pensara.

O pai de Abraão, com a sua família e as outras acima mencionadas, decidiu mudar-se, segundo o desejo de todos, de

Macon para o município de Coles. João D. Johnston, filho da madrasta de Abraão, foi reunir-se-lhes, ao passo que êste permaneceu na já aludida *New Salem*, iniciando assim a sua vida independente. Isso ocorreu em julho de 1831. Nessa cidade, Abraão conheceu muita gente e fêz muitas amizades.

Em menos de um ano, o negócio de Offut estava para falir quando deflagrou a guerra do "Gavião Negro".[2] Abraão alistou-se numa companhia de voluntários e ficou muito surprêso quando o designaram capitão da mesma. Segundo sua opinão, nenhum outro acontecimiento lhe causou, em sua vida, maior satisfação do que êste. Partiu para a campanha; serviu durante quase três meses; sofreu as vicissitudes ordinárias de tal expedição, mas nunca chegou a travar combate com os índios. Em remuneração, pelo serviço militar, foi-lhe concedido um terreno no estado de Iowa.

Terminada a campanha, Abraão, entusiasmado com a grande popularidade que desfrutava entre seus vizinhos imediatos, resolveu candidatar-se no mesmo ano à Assembléia Legislativa estadual, mas foi derrotado nas urnas. Venceu, contudo, em seu distrito por uma grande maioria de votos: 277 contra 7. Êste fato é de tanto maior importância quando se considera que Abraão era partidário declarado de Clay[3] e que o mesmo distrito, no outono seguinte, deu uma maioria de 115 votos ao

---

[2] *Black Hawk*. Chefe índio que, a 6 de abril de 1832, invadiu o estado de Illinois com uma horda de quinhentos guerreiros.

[3] *Henry Clay* (1777-1852). Notável estadista norte-americano. Candidato à presidência da República em 1824, 1832 e 1844, jamais conseguiu ser eleito. Foi Secretário de Estado no govêrno de John Quincy Adams (1825-29). O Compromisso de Missouri, de que foi o valoroso defensor, valeu-lhe o cognome de "grande pacificador." Exerceu considerável influência sôbre Lincoln. Êste, em seu primeiro discurso contra Douglas, pronunciado a 21 de agôsto de 1858, disse: "Henry Clay, o meu ideal de um perfeito estadista, o homem por quem venho lutando tôda esta minha humilde vida..." Cf. Philip Van Doren Stern, *op cit.*, p. 473.

General Jackson,[4] nas eleições em que teve aquêle por rival. Esta foi a única vez em que Abraão foi vencido pelo sufrágio direto do povo.

A sua situação era então assaz precária, sem emprêgo e destituído de meios, mas não quis abandonar os amigos que o haviam tratado com tanta generosidade; além disso, não tinha para onde ir. Ponderou demoradamente sôbre o que deveria fazer: se aprender o ofício de ferreiro ou estudar direito. Chegou, contudo, à conclusão de que não poderia ter êxito na advocacia sem uma instrução mais sólida.

Pouco depois e de maneira um tanto estranha, um certo indivíduo vendeu, a crédito, a Abraão e a um amigo dêste, igualmente pobre, uma provisão de mercadorias velhas, com a qual os dois abriram uma loja. Tiveram, contudo, como era de esperar, pouca sorte no negócio, endividando-se cada vez mais. Em seguida, Abrão foi nomeado administrador geral do correio de *New Salem*, cargo por demais insignificante para comprometer a sua ambição política. Entrementes, o aludido negócio faliu, o que tinha fatalmente de acontecer.

Então o agrimensor de Sangamon resolveu delegar a Abraão parte do seu trabalho: êste deveria fazer as medidas necessárias na área do município em que vivia. A proposta foi aceita. Abraão comprou uma bússola e uma fita métrica; estudou Flint e Gibson e pôs mãos à obra. Conseguiu assim ganhar o pão indispensável à saúde da alma e do corpo.

Em 1834 foi eleito à Assembléia Legislativa estadual, havendo alcançado maior número de votos do que qualquer outro candidato. O Major João T. Stuart, então em pleno exercício da advocacia, também foi eleito. Durante a campanha, numa conversação particular, êste último aconselhou Abraão a estudar direito. Depois das eleições, Stuart emprestou-lhe os livros necessários; Abraão estudou-os a fundo em casa, com-

---

[4] Andrew Jackson (1767-1845). General norte-americano. Sétimo presidente dos Estados Unidos (1829-37).

pletamente só. Continuou, todavia, a sua tarefa de agrimensor para pagar a pensão onde morava e comprar roupas.

Em virtude da abertura da Assembléia Legislativa, teve que pôr de lado os tratados de direito; mas voltou a êles com maior afinco logo que se encerraram as sessões. Em 1836, 1838 e 1840, foi reeleito para o mesmo cargo. No outono de 1836, obteve autorização para exercer a advocacia; em 15 de abril de 1837 mudou-se para Springfield, onde começou a sua nova profissão. como sócio de seu velho amigo Stuart.

. . . . . .

En 1838 e 1840, o partido de Lincoln votou nêle para o cargo de Presidente da Câmara estadual, mas não foi eleito por não haver conseguido a maioria necessária. Em 1840, declinou uma reeleição à Assembléia Legislativa. No mesmo ano foi um dos candidatos da chapa eleitoral de Harrison [5] e, em 1844, da de Clay, de maneira que teve que despender muito tempo e esfôrço em ambas as campanhas. Em novembro de 1842 casou-se com Maria, filha de Roberto S. Todd, de Lexington, em Kentucky. Desta união nasceram quatro filhos: em 1843, 1846, 1850 e 1853, respectivamente. Todos vivem atualmente, com exceção do segundo.

Em 1846 foi eleito à Câmara dos Deputados do Congresso dos Estados Unidos, mas serviu apenas durante um mandato, de dezembro de 1847 até à posse do General Taylor, [6] em março de 1849. A guerra com o México já havia terminado quando Lincoln começou a desempenhar o seu novo cargo no Congresso. O exército americano, entretanto, permanecia no México, pois o tratado de paz não foi plena e formalmente ratificado até o subseqüente mês de junho. Tem-se falado muito de sua atitude no Congresso a respeito dêste conflito. Todo aquêle que ler, com a devida atenção, o *Journal* e o *Congres-*

---

[5] William Henry Harrison (1773-1841). General norte-americano; nono Presidente dos Estados Unidos (1841).

[6] Zacarías Taylor (1784-1850). Doudécimo Presidente dos Estados Unidos (1849-50).

sional Globe verificará que Lincoln apoiou tôdas as medidas adotadas para o abastecimento das tropas e a favor dos oficiais, dos soldados e de suas respectivas famílias.

Opôs-se tão sòmente àquelas medidas que foram aprovadas sem prós nem contras, sendo, por isso, impossível saber como havia votado cada um dos membros da Câmara. As aludidas publicações revelam também que, segundo Lincoln, o Presidente dos Estados Unidos começou as hostilidades desnecessária e inconstitucionalmente . . .

Os motivos que levaram Lincoln a votar assim podem ser brevemente resumidos da seguinte maneira: 1) O Presidente havia enviado o General Taylor a uma região pertencente ao México e não aos Estados Unidos, provocando, portanto, o primeiro ato de hostilidade, de fato, o início da guerra; 2) o local, no caso, a região que confina com a margem esquerda do Rio Grande, era habitado por mexicanos, nascidos ali sob a proteção do seu govêrno, os quais nunca se tinham submetido, por autodeterminação ou por conquista, nem ao Texas nem aos Estados Unidos, nem haviam sido transferidos aos mesmos mediante as cláusulas de um tratado; 3) embora o Texas considerasse o Rio Grande como sua fronteira, o México nunca a reconheceu, nem o Texas nem os Estados Unidos jamais reivindicaram o seu direito a êsse respeito; 4) havia um vasto deserto entre a aludida fronteira e a região que, de fato, estava sob a soberania do Texas; 5) finalmente, a zona, onde começaram as hostilidades, pertencia e pertence ao México enquanto não houver uma transferência, o que jamais se verificou.

Lincoln considerou a expedição de uma fôrça armada contra o México como desnecessária, pois êste país não havia absolutamente agredido nem ameaçado os Estados Unidos ou os seus habitantes. Tal medida lhe pareceu também inconstitucional, porque compete ao Congresso, e não ao Presidente, declarar o estado de guerra. Para Lincoln o principal motivo dêste ato foi encobrir a derrota dos Estados Unidos na questão de limites entre o Canadá e o Oregon (a demarcação não foi

feita a 54°40′ de latitude N., segundo reivindicavam os Estados Unidos).

Lincoln não se apresentou novamente como candidato a deputado, em virtude de um acôrdo concluído entre partidários "whigs," antes mesmos de haver êle vindo para Washington. Foi por idêntica razão que, anteriormente, os coronéis Hardin e Baker, eleitos pelo mesmo distrito, serviram apenas durante um só mandato.

Em 1848, quando deputado, Lincoln advogou a candidatura do General Taylor à presidência da República, em oposição a todos os outros membros do partido; tomou parte ativa na campanha eleitoral, falando algumas vêzes em Maryland, perto de Washington, e freqüentemente em Massachusetts. Além disso, fêz uma intensa campanha em seu distrito de Illinois, havendo conseguido uma maioria de 1.500 votos para o General Taylor.

Ao regressar do Congresso, entregou-se de corpo e alma ao exercício da advocacia. Em 1852, todavia, ei-lo de novo na política: inscrito na chapa eleitoral de Scott, [7] voltou a fazer alguns discursos; contudo, o entusiasmo das campanhas presidenciais anteriores havia arrefecido, pois Lincoln sabia que a causa estava perdida em Illinois.

Por volta de 1854, Lincoln já havia abandonado quase que tôda ambição política quando um acontecimento inesperado veio comovê-lo profundamente, despertando-o de sua indiferença, para a ação: a revogação do Compromisso de Missouri. [8]

No outono do mesmo ano tornou a ocupar a tribuna, tendo em vista, principalmente, a reeleição de Richard Yates [9] ao

---

[7] Winfield Scott (1786-1866). General norte-americano. Em 1852, candidato-use à presidência da República, mas foi derrotado por Franklin Pierce.

[8] Proposto pelo Senador Thomas, de Illinois, e adotado, a 8 de março de 1820, graças aos esforços de Henry Clay, êste Compromisso proibia a introdução da escravidão nos territórios situados ao norte do paralelo de 36°30′; no caso, o território de Missouri, donde o nome do acôrdo.

[9] Richard Yates (1815-1873). Membro do Partido Republicano, fêz parte da Convenção Nacional que designou Lincoln como can-

Congresso. Os seus discursos despertaram então muito maior interêsse do que antes. Durante a campanha, Lincoln não se limitou ao distrito do Sr. Yates, mas percorreu diversas partes do estado. Não abandonou, contudo, o direito; compartilhou-o com a política. A Feira Agricola do estado deveria realizar-se naquele ano em Springfield, havendo-se anunciado que Douglas, [10] o seu futuro rival, iria falar durante a exposição.

Na campanha de 1856, Lincoln fêz mais de cinqüenta discursos, mas segundo acredita, nenhum dêles jamais veio a lume. Não recorda se o que pronunciou em Galena foi publicado, em parte ou integralmente; nem se lembra tão pouco se fêz então qualquer declaração sôbre uma sentença do Supremo Tribunal. É possível que tenha falado sôbre tal questão, pois alguns jornais deram uma notícia nesse sentido. Crê, todavia, não haver empregado as palavras que a imprensa lhe atribuiu. [11]

---

didato à presidência, em 1860. Foi Governador do estado de Illinois durante a Guerra de Secessão.

[10] Cf., nesta coletânea, a seleção intitulada "Pensamentos sôbre a Escravidão", nota 1.

[11] A fim de completar êste esbôço autobiográfico, acrescentamos os seguintes dados: Candidato a senador, em 1858, Lincoln não conseguiu ser eleito. Foi então que sustentou os seus célebres debates com Douglas (cf. "Pensamentos sôbre a Escravidão", nota 1, nesta coletânea). Candidato do Partido Republicano à presidência dos Estados Unidos, foi eleito a 6 de novembro de 1860 e tomou posse do cargo a 4 de março do ano seguinte. Pouco depois, a 12 de abril, deflagrava a Guerra de Secessão com o ataque dos confederados contra o Forte Sumter, na Carolina do Sul. A 1 de janeiro de 1863, Lincoln promulgou a Proclamação de Emancipação, libertando os escravos nos estados insurgentes. Reeleito para um segundo mandato, a 8 de novembro de 1864, voltou a tomar posse do cargo de Presidente a 4 de março de 1865, pronunciando então o mais profundo dos seus discursos. Pouco depois, a 9 de abril, terminava a guerra civil com a redição do General Lee em Appomattox, no estado de Virginia. Na noite do dia 14 do mesmo mês, Lincoln foi assassinado, no Teatro Ford, em Washington, por John Wilkes Booth, um ator meio demente. Alvejado na cabeça, Lincoln não recobrou a consciência, vindo a expirar na manhã do dia seguinte.

CARTA A JOSHUA SPEED [1]

Springfield, 24 de agôsto de 1855.

CARO SPEED:

V. bem sabe que sou um mau correspondente. Vinha tencionando escrever-lhe desde que recebi a sua amável carta de 22 de maio dêste ano. V. sugere que, no momento, não estaríamos de acôrdo em questões políticas. Assim o creio, mas não tanto quanto V. poderia imaginar. V. não ignora que detesto a escravidão e V. mesmo admite plenamente que, em teoria, ela é um grande mal. Até aqui, portanto, não há motivo algum de divergência. V. afirma, todavia, que preferiria ver a União dissolvida a ceder o seu direito sôbre o escravo, especialmente por ordem daqueles que não têm nenhum interêsse na questão. Não me parece que ninguém lhe esteja obrigando a abandonar aquela prerrogativa. Eu, certamente, não o estou. Deixo, por isso, êste assunto inteiramente ao seu critério.

Reconheço, outrossim, os seus direitos e os meus deveres, de conformidade com a Constituição, em relação aos escravos. Não hesito em confessar-lhe que me repugna ver como são tratados êsses infelizes: perseguidos, em caso de fuga, como bêstas feras, agarrados e restituídos aos seus amos para sofrer a pena infamante do azorrague e voltar novamente para a árdua labuta sem recompensa. Mordo, contudo, os lábios e contenho-me.

Em 1841, fizemos uma viagem num barco a vapor de Louisville a São Luís. V. se lembra, sem dúvida, como eu, de que, de Louisville à foz do Ohio, havia a bordo uns dez ou doze

---

[1] Esta foi a última carta confidencial de Lincoln a Joshua Speed, seu amigo íntimo desde 1837. Este, embora reconhecesse que a escravidão era um mal, opunha-se, contudo, violentamente, pelo fato de ser do Sul, à campanha antiescravista que se intensificava nos Estados do Norte. Lincoln escreve-lhe a fim de lhe explicar a sua atitude sôbre a questão. Cf. Philip Van Doren Stern, *op. cit.*, p. 391-395.

negros, presos uns aos outros por pesados grilhões. Esta cena foi para mim uma fonte de contínuo tormento e torno a ver algo de semelhante sempre que chego ao Ohio ou à fronteira de qualquer outro estado escravista. Não é justo, de sua parte, supor que sou indiferente a uma questão que tem o poder infalível de lançar-me num estado de profundo sofrimento. Pelo contrário, V. deveria antes considerar como o povo do Norte, em sua grande maioria, crucifica os próprios sentimentos, a fim de manter a sua fidelidade à Constituição e à União. Oponho-me à propagação do cativeiro dos negros porque assim mo ordenam o juízo e o coração. Se, por tal motivo, devemos discordar, que assim seja.

. . . . . .

Os traficantes de escravos constituem entre vós, aí no Sul, uma pequena casta odiosa e desprezível; no entanto, ditam, em política, as diretrizes de todos vós, sendo, por isso, os vossos senhores absolutos, como o sois de vossos próprios escravos.

. . . . . .

V. me pergunta qual é, no momento, a minha atitude. Eis aí uma questão controversa. Creio que sou liberal. Contudo, outros dizem que não há liberais e que sou abolicionista. Quando estive em Washington como deputado, votei quarenta vêzes a favor da cláusula Wilmot; [2] e, a êsse respeito, não sei de ninguém que me tenha excedido em liberalismo. Atualmente, limito-me a opor-me à propagação da escravidão. Não sou *nativista;* [3] quanto a isso não deve haver a menor dúvida.

---

[2] A cláusula Wilmot (*Wilmot proviso*), aprovada sòmente na Câmara de Deputados, a 8 de agôsto de 1846, proibia a escravidão em qualquer dos territórios cedidos pelo México.

[3] No texto *Know-Nothing*. Partido isolacionista profundamente hostil aos estrangeiros e aos católicos, conhecido também sob o nome de Partido Nativista Americano. Fundado em 1854, dissolveu-se gradualmente depois de uma esmagadora derrota nas eleições presidenciais de 1856. A princípio, tôdas as suas reuniões eram secretas. Quando alguém perguntava a um dos seus membros qual a sua opinião sôbre assuntos políticos, respondia imediatamente: *I know nothing* (não sei nada), donde proveio o nome do partido.

Como poderia sê-lo? Quem quer que execre a opressão dos negros, como iria favorecer o aviltamento dos brancos? Parece-me demasiado rápido nosso progresso em degenerescência. Como nação, começamos por declarar que "todos os homens são criados iguais". Mas agora o interpretamos de maneira diferente: "Todos os homens são criados iguais, exceto os negros." Quando os *nativistas* subirem ao poder, passaremos a dizer: "Todos os homens são criados iguais, exceto os negros, os estrangeiros e os católicos." Então preferirei emigrar para qualquer país, onde o povo não simule amar a liberdade, —para a Rússia, por exemplo, onde o despotismo existe em estado puro, sem a ganga vil da hipocrisia....

Seu amigo de sempre,

A. LINCOLN.

DISCURSO DE EDWARDSVILLE [1]

SE DESUMANIZARDES o negro; se lhe esgotardes tôdas as fôrças, como se fôra uma bêsta de carga; se lhe destruirdes a alma neste mundo, lançando-o nas trevas eternas dos réprobos, onde se extingue todo raio de esperança, como podereis estar certos de que o demônio que criastes não crescerá sôbre vós e vos despedaçará? Qual é o baluarte de nossa liberdade e independência? Nem nossos fortins inexpugnáveis, nem nossas costas bravias, nem nossos exércitos, nem nossas esquadras, constituem nosso sustentáculo contra a tirania, pois ainda que se voltassem contra nós, não vacilaria a nossa intrepidez na luta. O amor da liberdade que Deus infundiu em nós; o espírito que a venera como a herança universal de todos os homens: eis aí nossa defesa. Destruí tal espírito e havereis lançado as se-

[1] Fragmento de um discurso pronunciado por Lincoln, a 11 de setembro de 1858, em Edwardsville, Illinois. Cf. Philip Van Doren Stern, *op. cit.*, p. 483.

mentes do despotismo em vosso solo pátrio. Se os grilhões da tirania não vos despertam uma justa cólera, é porque preparais os vossos membros para êles. Habituados a espezinhar os direitos dos outros, perdestes o gênio que inspirou o movimento de vossa independência e tornaste-vos as dóceis vítimas da astúcia do primeiro tirano que surgir entre vós.

PENSAMENTOS SÔBRE A ESCRAVIDÃO [1]

SUPONDE ser verdade que o negro é inferior ao branco nos dons da natureza. Não constitui uma contradição absoluta de tôda justiça que o branco, por êsse motivo, arrebate ao negro o que quer que seja do pouco que lhe foi concedido? "Dai ao que necessita": eis aí o preceito cristão da caridade. "Esgotai o indigente": eis aí o princípio da escravidão.

A suma da teologia escravista parece ser a seguinte: "Universalmente falando, a escravidão não é nem um bem nem um mal; é melhor que alguns povos sejam escravos; e, nestes casos, tal é a vontade de Deus."

Sem dúvida, não é possível disputar contra a vontade do Onipotente. Não é nada fácil, todavia, determinar êste atributo divino e aplicá-lo aos casos particulares.

Por exemplo, suponhamos que o pastor Ross [2] tem um es-

[1] Título do compilador. Em 1858, de 21 de agôsto a 15 de outubro, Lincoln sustentou, a respeito do problema da escravidão, uma série de debates públicos —sete ao todo— contra Stephen Arnold Douglas (1813-1861), juiz, senador e líder político americano. Em 1860, Douglas foi o candidato do Partido Democrático à presidência dos Estados Unidos, havendo sido então derrotado por Lincoln. Durante os aludidos debates, Lincoln costumava escrever os pensamentos que lhe ocorriam a fim de desenvolvê-los na argumentação com o seu rival. Apresentamos aqui duas notas sôbre a escravidão, escritas por volta de 1 de outubro de 1858. Cf. Philip Van Doren Stern, *op. cit.*, p. 497-498.

[2] Lincoln refere-se a Frederick A. Ross, ministro presbiteriano, que, em 1856, havia atacado o abolicionismo como ateu e anárquico. Cf. Philip Van Doren Stern, *op. cit.*, p. 498.

cravo chamado Sambo. Pois bem, trata-se de saber o seguinte: "De acôrdo com a vontade de Deus, deverá Sambo permanecer no cativeiro ou ser pôsto em liberdade?" O Altíssimo não responde a esta pergunta e a sua revelação —a Bíblia— não nos oferece tão pouco qualquer solução, pelo menos uma cuja interpretação não dê lugar a logomaquias intermináveis. Contudo, ninguém cogita em indagar a opinião de Sambo sôbre o assunto.

Portanto, parece que, em última instância, compete ao pastor Ross decidir a questão. E, enquanto pondera os prós e os contras, permanece sentado pachorrentamente à sombra das árvores, com luvas nas mãos, vivendo do pão que Sambo lhe ganha sob um sol escaldante. Se decidir que Deus quer que Sambo continue como escravo, manterá *ipso facto* sua confortável posição. Se, pelo contrário, decidir que Deus quer que Sambo seja pôsto em liberdade, terá então que sair da sombra, tirar as luvas e cavar a terra para ganhar o pão com o suor do seu rosto.

Será o pastor Ross capaz dêsse perfeito espírito de imparcialidade que sempre se considerou como o requisito indispensável das sentenças justas?

DISCURSO DE DESPEDIDA EM SPRINGFIELD [1]

Meus Amigos: Só o que se encontrasse em minha situação poderia avaliar a tristeza que me infunde esta partida. A êste lugar e à bondade dêste povo, devo tudo o que sou. Aqui transcorreram vinte e cinco anos de minha vida; aqui de jovem tornei-me homem maduro. Aqui nasceram meus filhos e aqui jaz um dêles.

---

[1] Pronunciado, a 11 de fevereiro de 1861, em Springfield, Illinois. Lincoln havia sido eleito Presidente dos Estados Unidos, a 6 de novembro do ano anterior. Cf. Philip Van Doren Stern, *op. cit.*, p. 635-636.

Parto agora sem saber quando me será dado regressar. Um dever me foi imposto, mais formidável que o que teve de cumprir Washington. Sem a proteção daquele Ser Divino que sempre o amparou, não poderei ser bem sucedido. Com seu auxílio, jamais fracassarei.

Confiemos em que Êle, que está presente com sua bondade em tôda parte, me acompanhe e permaneça convosco; assim é possível que tudo ainda venha a terminar bem. Ao dar-vos o meu afetuoso adeus, recomendo-vos à Providência e espero igualmente que, em vossas preces, não vos esqueçais de mim.

DISCURSO DE POSSE DO PRIMEIRO MANDATO [1]

CIDADÃOS dos Estados Unidos: Cumprindo com um costume tão antigo como o próprio govêrno, apresento-me ante vós para dirigir-vos a palavra e prestar o juramento prescrito pela Constituição dos Estados Unidos antes de tomar posse do cargo de Presidente.

Não creio necessário discutir agora todos aquêles assuntos administrativos que não têm interêsse particular; limitar-me-ei, portanto, a manifestar que, entre os habitantes do Sul, parece predominar a apreensão de que com a nova administração republicana perigarão a paz e a segurança pessoal. Contudo, segundo meu modo de ver, não há fundamento algum para alimentar semelhante inquietação. De fato, não há motivos para pensar assim, o que poderá provar-se até à evidência mesma: todo o que ler os discursos de quem, no momento, tem a honra

[1] A 4 de março de 1861, Lincoln tomou posse do cargo de Presidente dos Estados Unidos. Foi então que pronunciou o vibrante discurso que reproduzimos acima, em tradução portuguêsa. Lincoln dirigiu a palavra à multidão de uma plataforma levantada sôbre a escadaria do Capitólio, em Washington, cuja construção ainda não se havia concluído. O seu veemente apêlo ao Sul não foi ouvido. Pouco depois, a 12 de abril, deflagrava a guerra civil com os primeiros tiros dos confederados contra o Forte Sumter, na Carolina do Sul. Cf. Philip Van Doren Stern, *op. cit.*, p. 646-657.

de vos dirigir a palavra, depreenderá daí que não abriga a menor intenção de intervir, direta ou indiretamente, no problema da escravidão nos Estados em que existe, pois não crê que lhe assista tal direito, nem se inclina a fazê-lo. Os que me designaram como candidato a Presidente da República e os que me elegeram não ignoravam que eu havia feito muitas declarações nesse sentido, sem jamais tê-las retratado, e a prova é que, no programa que me apresentaram ao oferecer-me os seus votos, aparecia a seguinte resolução:

"A manutenção dos direitos dos Estados e especialmente o direito de cada Estado de reger suas próprias instituições são essenciais para conservar o equilíbrio de nosso sistema político, razão por que denunciamos a ilegítima invasão, pela fôrça armada, de qualquer Estado ou território, como o mais grave dos crimes."

Reitero integralmente esta declaração e, ao fazê-lo, insisto em que a propriedade, a paz e a segurança de todos não serão de modo nenhum comprometidas pelo novo govêrno. Devo, outrossim, acrescentar que todos os Estados serão protegidos de conformidade com os princípios constitucionais e as leis, sempre que o exigirem por justa causa...

Ao prestar o juramento que me impõe o meu cargo, anima-me o desejo de observar estritamente a Constituição e as leis, e, enquanto não recomendar outras novas ao Congresso, creio que será melhor para todos que obedeçam àquelas que ainda continuam em vigor.

Faz setenta e dois anos que, sob a égide de nossa Constituição, tomou posse o primeiro Presidente dos Estados Unidos. Durante êsse período, quinze cidadãos eminentes exerceram o poder executivo através de muitos perigos, mas, em geral, com feliz êxito. Não obstante tais precedentes, entro agora, num momento difícil, no desempenho de meu cargo com a desconfiança e o temor de que me faltem as fôrças indispensáveis. A separação dos Estados da União, que não era até há bem pouco tempo senão uma ameaça, como que se tornou em formidável resolução.

Mantenho que, segundo o direito universal e a Constituição, a União dêstes Estados tem que ser perpétua, ainda que se não expresse tal palavra na lei fundamental de todos os governos nacionais. Podemos afirmar sem receio que nenhum governo jamais estipulou, em sua lei orgânica, a sua própria dissolução.

Se se cumprir com todos os dispositivos da Constituição de nosso país, a União perdurará para sempre, pois não é possível destruí-la sem suprimir, ao mesmo tempo, o instrumento que serve de base ao nosso sistema político.

Mesmo supondo que os Estados Unidos não fôssem um govêrno pròpriamente dito, mas apenas uma associação de Estados, regida tão sòmente pelas cláusulas de um contrato, como poderia uma das partes anulá-lo sem a aprovação e o consentimento das demais?...

A União é muito mais antiga que a Constituição. Foi, de fato, criada pelos Artigos de Associação de 1774. A Declação de Independência consolidou-a em 1776. Os Artigos de Confederação, em 1778, estipularam que deveria ser perpétua. Finalmente, em 1787, um dos objetivos manifestos da nova Constituição foi "formar uma União mais perfeita."

Contudo, se a destruição da União, por um Estado ou por um grupo de Estados, se considera jurídicamente possível, então a União é menos perfeita agora do que antes da Constituição, pois perdeu o seu elemento vital de perpetuidade. Segue-se daí que nenhum Estado pode separar-se legalmente da União, por iniciativa própria; que as resoluções e as ordens que assim o estipulem são nulas; e que os atos de violência cometidos em um ou mais Estados contra a autoridade da União constituem, segundo as circunstâncias, uma insurreição ou revolução.

Afirmo, portanto, que, de conformidade com a Constituição e as leis, a União é indissolúvel; e, nesse sentido, não pouparei esforços, consoante expressamente me ordena a própria Constituição, para que as leis se cumpram fielmente em todos os Estados. Procedendo assim, terei cumprido com o meu dever, e persistirei na minha resolução na medida do

possível, a não ser que meu legítimo mandante, que é o povo americano, me retire o poder ou disponha o contrário na devida forma. Confio em que minhas palavras não serão interpretadas como uma ameaça, senão como o firme propósito de defender e mantener constitucionalmente a União, pois dêste modo não será necessário recorrer a violências nem verter sangue, a não ser que se obrigue a isso a autoridade nacional.

Farei uso do poder que se me confere para conservar e defender os bens e propriedades pertencentes ao govêrno, assim como para arrecadar os impostos; mas em tudo o que não se referir a isso, não haverá invasão de fôrça armada contra o povo em nenhuma parte do país.

Onde quer que a hostilidade aos Estados Unidos seja tão pronunciada que impeça que os cidadãos residentes continuem no desempenho de seus cargos federais, não se tratará de substituí-los por estrangeiros, pois isso, embora o govêrno tenha o direito de dispor que os funcionários não abandonem os seus postos, seria de tal maneira impraticável que nos parece melhor suprimir, por ora, os aludidos cargos... Em uma palavra, o povo poderá viver em tôdas as partes com essa tranqüila segurança, tão favorável e necessária à reflexão e à paz de espírito.

Seguiremos a política indicada, a não ser que a experiência ou acontecimentos imprevistos aconselhem qualquer modificação; porém, em todos os casos e sejam quais forem as exigências, farei todo o possível para manter-me dentro dos limites da prudência, procurando dar uma solução pacífica aos distúrbios que ocorrerem, a fim de restabelecer as simpatias e afeições fraternais.

Que haja pessoas em um ponto ou outro que tratam de dissolver a União a tôda custa e que procuram qualquer pretêxto para fezê-lo, não o afirmo nem o nego; se existem em realidade tais pessoas, não é necessário que lhes dirija a palavra. Mas como poderia isso impedir-me de falar aos verdadeiros amantes da União?

Antes de começar a discutir tão grave assunto, como o é

o da destruição de nosso sistema nacional com todos seus benefícios, suas recordações e suas esperanças, não seria prudente averiguar por que o fazemos? Quem se atreveria a dar um passo tão temerário quando os males que nos atormentam não são reais e verdadeiros; quando não temos a certeza de que, ao fugirmos de uns, não nos afligirão outros piores?

Todos asseguram que estão contentes com a União se os direitos constitucionais forem mantidos. Será certo, pois, que se tenha negado qualquer direito expresso na Constituição? Creio que não, e, felizmente, a inteligência humana é tal, que ninguém teria a audácia de fazer tão incrível declaração. Citai-me um só caso em que se tenha repudiado qualquer cláusula explícita da Constituição. Se, pela mera fôrça numérica, uma maioria despojasse uma minoria de qualquer direito constitucional expresso, justificar-se-ia a revolução sob um ponto de vista moral...porém aqui não se verifica tal caso. Todos os direitos vitais das minorias e dos indivíduos lhes estão tão bem assegurados, por garantias e proibições da Constitução, que nunca surgem controvérsias a seu respeito, e é de desejar que assim seja, porque não é possível elaborar uma lei constitutiva que se aplique especialmente a cada uma das questões que podem ocorrer na administração prática. Não há presciência humana capaz de formular, em um documento escrito, cláusulas expressas para resolver tôdas as questões possíveis. Deverão os escravos fugitivos ser entregues pela autoridade federal ou pela estadual? A Constituição não o diz de maneira explícita. Poderá o Congresso proibir a escravidão nos territórios? A Constituição não o estipula expressamente. Deverá o Congresso proteger a escravidão nos territórios? A Constituição não o declara formalmente.

De questões como estas surgem nossas controvérsias constitucionais, dando lugar a que nos dividamos em maiorias e minorias. Se nem aquelas nem estas cederem, o govêrno terá que cessar, pois, para que continue a existir, deverá haver pelo menos conformidade de uma das partes. Em tal caso, se uma minoria preferir separar-se antes que transigir, estabelecerá

um precedente que, por sua vez, a dividirá, pois haverá de tornar-se em maioria sempre que se recusar a ser dominada por uma outra minoria que surgir do seu seio, e assim por diante...

Todos os que desejam a desunião compreendem muito bem quais serão as conseqüências de tal ato, porém pergunto: há tão perfeita identidade de interêsses entre os Estados para formar uma nova União que produza só a harmonia e impeça outra separação? Falaremos com franqueza: a idéia dominante da secessão é a anarquia. Uma maioria sujeita aos princípios constitucionais e que condescende sempre com as modificações da opinião popular, é o verdadeiro poder soberano de um povo livre. Quem quer que a rejeite lança-se necessàriamente na anarquia ou no despotismo. A unanimidade é impossível. O domínio permanente de uma minoria é absolutamente inaceitável. Se recusarmos, portanto, o princípio da maioria, restanos apenas a anarquia ou o despotismo...

Uma parte de nosso país crê que a escravidão é justa e que é preciso propagá-la, ao passo que para a outra é um mal que, pelo menos, dever ser contido dentro dos seus atuais limites. Eis aí o grande cavalo de batalha que dá origem a tantas dissensões. Contudo, a cláusula da Constituição relativa ao escravo fugitivo e a lei promulgada para a supressão do tráfico de negros continuam a vigorar em uma comunidade em que o senso moral do povo apoia apenas imperfeitamente a aludida lei. A grande maioria observa, em ambos os casos, o árido preceito legal, e uns poucos o violam. Esta questão é difícil de resolver satisfatòriamente para todos, porém o seria muito mais ainda separando-se os Estados, pois, por um lado, o tráfico de africanos, suprimido agora imperfeitamente, se renovaria com maior atividade, e, por outro, os escravos fugitivos, que se restituem agora apenas em alguns casos, não se entregariam jamais.

Fìsicamente falando, não podemos separar-nos; não podemos isolar nossas respectivas secções, nem levantar entre elas uma muralha inexpugnável. Um marido e sua mulher têm

o direito de divorciar-se separando-se, porém as diferentes partes da União não podem fazê-lo: devem permanecer unidas e continuar suas relações, sejam estas amistosas ou hostis. Será possível que, depois da separação, tais relações se tornem mais ventajosas ou satisfatórias do que o eram antes? Será mais fácil fazer tratados entre estranhos que leis entre amigos? Poderão observar-se aquêles melhor que estas? Suponde que vamos à guerra: a luta não pode ser eterna, e, quando cessar a contenda depois de grandes perdas por ambas as partes sem conseguir benefício algum, surgirão novamente as antigas dificuldades relativas à conduta que deveis observar uns para com os outros.

Êste país, com suas instituições, pertenece ao povo que o habita. Sempre que êste julgar que o govêrno existente não é bastante bom, poderá exercer o direito constitucional de modificá-lo, ou o direito revolucionário de desmembrá-lo ou depô-lo... Não recomendo emenda alguma, mas reconheço o direito do povo neste ponto, de tal maneira que, em vez de opor-me, lhe apoiaria se se visse obrigado, em virtudes de circunstâncias existentes, a tomar uma determinação neste sentido...

O primeiro magistrado da nação recebe sua autoridade do povo, mas não se lhe conferiu direito algum para determinar as condições segundo as quais devem separar-se os Estados O povo poderá decidí-lo se bem lhe aprouver; o poder executivo, contudo, nada tem que ver com isso: seu dever é administrar o govêrno que se lhe confiou, transmitindo-o íntegro ao seu sucessor.

Por que não há de haver uma confiança inabalável na justiça fundamental do povo? Que esperança maior que esta existirá no mundo? Em nossas atuais dissensões, não crêem ambas as partes estar com a razão? A verdade e a justiça divina manifestar-se-ão na sentença dêste grande tribunal que se chama o povo americano, caso o Legislador Onipotente das Nações vier a pronunciar-se pelo Norte ou pelo Sul... Enquanto o povo permanecer virtuoso e vigilante, nenhuma administração poderá, por qualquer excesso de maldade ou

loucura, prejudicar gravemente o govêrno no breve período de quatro anos.

Compatriotas, recomendo-vos com o maior empenho que mediteis tranqüilamente sôbre esta questão. Nada perdereis se fordes prudentes. Sòmente uma ponderada reflexão vos impedirá de tomar, em um momento de exaltação e por causa de um determinado objetivo, uma resolução precipitada, cujas funestas conseqüências haveríeis de lamentar para sempre. Mas não deixareis de alcançar um nobre fim se agirdes com circunspeção... Se se admitisse que vós, os que estais descontentes com o govêrno, tendes tôda a razão, ainda assim não haveria um motivo fundado para precipitar-vos. A inteligência, o patriotismo, o espírito cristão e uma firme confiança no Onipotente que jamais abandonou esta terra abençoada, é tudo quanto necessitamos para resolver satisfatòriamente nossas contendas.

Permiti-me, portanto, que vos diga, compatriotas que estais descontentes, que só de vós depende a paz ou a guerra civil. O govêrno, por certo, não vos atacará. Não haverá conflitos sem que sejais vós mesmos os agressores. Não existe nenhum preceito divino que vos autorize a destruir o poder constituído, ao passo que eu estou vinculado, por juramento solene, a conservá-lo, protegê-lo e defendê-lo.

Sinto ter que concluir. Não somos inimigos nem devemos sê-lo. Somos amigos; e, embora alguns se tenham deixado empolgar, em um momento, pelas paixões, nem por isso se devem desatar os laços afetivos que nos unem. Confiemos em que, sob o influxo de nossos mais nobres sentimentos, a fôrça misteriosa da memória —evocando aos vivos, reunidos em tôrno das lareiras, os campos de batalha e os túmulos dos heróis— ainda fará vibrar, em uníssono, o côro da União.

CARTA A HORACE GREELEY

Washington, 22 de agôsto de 1862.

PREZADO AMIGO:

Acabo de ler, no *New York Tribune*, a sua carta aberta de 19 do corrente, a mim dirigida.[1] Não tenciono criticar, no momento, as afirmações ou conjeturas que nela me parecem errôneas, nem refutar as conclusões que julgo falaciosas. O tom impaciente e autoritário que a domina, passo-o igualmente em silêncio, em deferência ao velho Amigo, pois estou certo de que o seu generoso coração jamais abraçou uma causa que não fôra justa.

Outrossim, não desejo que reste a menor dúvida no espírito de quem quer que seja, a respeito da política que "parece estou seguindo," para me servir das palavras do caro Amigo.

O meu ideal é salvar a União o mais ràpidamente possível, de conformidade com as cláusulas da Constituição dos Estados Unidos. Sòmente quando se restabelecer a autoridade nacional, tornará a União a ser "o que era" antes do desmembramento.

Discordo dos que, nesta luta, não desejam salvar a União se não puderem manter ao mesmo tempo a escravidão. Não dou tão pouco o meu apôio àqueles que conservariam uma apenas se lhes fôra dado destruir a outra. Salvar a União em vez de perpetuar ou de abolir a escravidão: eis aí o meu supremo objetivo neste conflito. Para colimá-lo, deparam-se-me, nesta emergência, tres medidas possíveis: não libertar um só escravo; libertá-los a todos; ou libertar apenas uns e deixar os outros no cativeiro. Não hesitarei em escolher a que melhor me parecer para a consecução daquele fim primordial. O que faço sôbre a escravidão e a raça negra, faço-o porque creio que concorrerá para salvar a União; e o que tolero, tolero-o porque não creio que ajudará a salvar a União.

Farei menos sempre que reconhecer que o que estou fazendo

---

[1] "A Prece de Vinte Milhões." Cf. Philip Van Doren Stern, *op. cit.*, p. 718-719.

haverá de comprometer a causa da União, e farei mais sempre que julgar que, assim procedendo, contribuirei para sua vitória.

Não vacilarei em corrigir erros sempre que vir que são erros, e em adotar novos pontos de vista quando verificar que são verdadeiros.

Defini aqui minha atitude oficial, de acôrdo com as atribuições que me competen como Presidente dos Estados Unidos; contudo, isso de modo algum invalida o meu profundo desejo pessoal, tantas vêzes expresso, de que não haja sôbre a face da terra um só ser humano que não goze do direito sagrado da liberdade. [2]

MEDITAÇÃO SOBRE A VONTADE DE DEUS

A VONTADE de Deus prevalece. Nos grandes conflitos cada beligerante pretende agir de acôrdo com a vontade de Deus. Um dêles tem que estar enganado e não é contraditório que ambos

---

[2] Ao escrever a carta a Horace Greeley, Lincoln tinha chegado à conclusão de que a empancipação, como medida de guerra, era inevitável. A 22 de julho do mesmo ano, já havia submetido ao Gabinete um anteprojeto neste sentido. Estava, contudo, à espera de uma vitória para fazer a promulgação. A sangrenta batalha de Antietam, travada e ganha pelas fôrças federais a 17 de setembro, foi o sinal que Lincoln necessitava. A 22 do mesmo mês apresentou ao Gabinete um novo projeto de emancipação. O texto definitivo da "Proclamação de Emancipação" foi publicado a 1 de janeiro de 1863, limitando-se a abolir a escravidão nos estados insurgentes. A extinção total, entretanto, só veio a ser declarada a 18 de dezembro de 1865 (data em que se adotou a Décima Terceira Emenda à Constituição dos Estados Unidos), oito meses depois da morte de Lincoln.

A carta a Horace Greeley expressa com admirável precisão a atitude de Lincoln ante o problema da escravidão. Como homen, Lincoln era essencialmente abolicionista: a só vista do escravo causava-lhe profundo sofrimento (cf. a "Carta a Joshua Speed", incluída nesta coletânea). Como estadista, contudo, o seu ideal foi salvar a União do desmembramento; realizou-o, ainda que isso viesse a custar-lhe a vida. Cf. "Reply to a Committee of Religious Denominations, Asking the President to Issue a Proclamation Emancipation", "Preliminary Emancipation Proclamation" e "Final Emancipation Proclamation", *apud* Stern, *op. cit.*, p. 719-723, 723-726, 746-748.

o estejam. Deus não pode, ao mesmo tempo, ser por e contra a mesma causa. Na presente guerra civil é bem possível que o desígnio de Deus seja um tanto diferente do de ambas as partes. Contudo, os instrumentos humanos, atuando precisamente como atuam, são os meios mais adequados para realizar aquêle desígnio. Sinto-me inclinado a pensar, como provàvelmente verdadeiro, o seguinte: Deus quer êste conflito e quer também que não termine ainda. Pela mera ação de sua graça sôbre os espíritos dos que, no momento, se digladiam, poderia ter salvo ou destruído a União sem uma contenda humana. Todavia, o conflito começou. E, havendo começado, o Onipotente poderia dar a vitória definitiva a uma ou outra parte quando bem lhe aprouvesse. Não obstante, o conflito prossegue. [1]

A SEGUNDA MENSAGEM ANUAL AO CONGRESSO [2]

CONCIDADÃOS: Não podemos subtrair-nos ao juízo da História. Nós, os que constituímos êste Congresso e esta Administração, seremos relembrados mau grado nosso. Nem nossa importância pessoal nem nossa insignificância poderão impedir que assim suceda. A violenta prova por que atravessamos projetará sua luz sôbre nós, para nossa honra ou desonra, até à última geração.

Declaramos que somos pela União. O mundo não há de esquecer que assim o dizemos. Sabemos como salvar a União. O mundo está ciente disso.

---

[1] Embora houvesse sido agnóstico em sua juventude, as terríveis vicissitudes da guerra civil acentuaram profundamente o espírito religioso de Lincoln, tornando-o um convicto providencialista. A meditação que incluímos nesta coletânea, Lincoln escreveu-a, por volta de 30 de setembro de 1862, sem intenção de publicá-la. John Hay, o seu secretário, conservou-a para a posteridade. Cf. Philip Van Doren Stern, *op. cit.*, p. 728-729.

[2] Incluímos aqui apenas o parágrafo final da Segunda Mensagem de Lincoln ao Congresso, pronunciada no dia 1º de dezembro de 1862. Cf. Philip Van Doren Stern, *op. cit.*, p. 745-746.

Nós —mesmo os que aqui estamos— temos o poder e assuminos a responsabilidade. Ao dar liberdade ao escravo, asseguramos a do homem livre— e assim agimos honrosamente tanto no que damos como no que mantemos. Salvaremos nobremente ou perderemos de maneira indigna a última e melhor esperança da terra. Outros meios poderão ter bom êxito; êste não poderá fracassar. A via é clara, pacífica, generosa, justa —via que, se fôr seguida, o mundo há de aplaudir e Deus abençoará para sempre.

CARTA A JAMES C. CONKLING

Washington, 26 de agôsto de 1863.

PREZADO SENHOR:

Tenho a honra de comunicar a V. Sa. o recebimento de sua última carta, em que se digna convidar-me para assistir a um comício de partidários da União, a realizar-se na capital de Illinois, no dia 3 de setembro próximo futuro. Aprazer-me-ia imenso rever os meus velhos amigos em minha cidade natal; infelizmente, sinto-o muitíssimo, não me é possível ausentar-me, no momento, de Washington, nem mesmo por poucos dias...[1]

Bem o sei que há muitas pessoas que estão descontentes comigo. Seja-me permitido dizer-lhes: Desejais a paz e, no entanto, me exprobrais porque ainda a não alcançamos. Mas como poderemos conseguí-la? Deparam-se-me três possibilidades: Primeiro, suprimir a rebelião pela fôrça das armas. É o que estou tentado fazer. Sois favoráveis a tal medida? No caso

---

[1] Lincoln deveria pronunciar um discurso na reunião que se realizou em Springfield na data acima mencionada. A carta que escreveu para ser lida então, pelo fato de não poder comparecer, foi recebida com entusiasmo pelo povo, sendo muito comentada pela imprensa do país e do exterior. Neste notável documento, Lincoln interpela, com lógica inflexível, os partidários da União que se opunham ao armamento dos negros e à Proclamação de Emancipação. Cf. Philip Van Doren Stern, *op. cit.*, p. 776-780.

afirmativo, estamos de inteiro acôrdo. Se não, a segunda possibilidade é desmembrar a União. Oponho-me a isso. Sois por esta medida? Se o sois, deveis dizê-lo sem ambages. Se não sois nem pela fôrça nem pela dissolução, resta-vos tão sómente qualquer compromisso imaginário.

Não creio possível, no momento, um acôrdo capaz de salvar a União. Tôdas minhas informações parecem conduzir a um ponto de vista completamente oposto. A força da insurreição está em suas classes armadas. O seu exército domina a região e os habitantes que estão dentro de seu raio de ação. Sem o consentimento dos seus chefes militares, qualquer pacto seria nulo, pois os que o concluissem, por parte do Sul, jamais poderiam torná-lo obrigatório.

. . . . . .

Mas sejamos francos. Estais descontentes comigo por causa do negro. Certamente, há uma profunda divergência entre vós e mim a respeito desta questão. Não creio que simpatizeis com o meu mais ardente desejo: a liberdade de todos os sêres humanos. Entretanto, não adotei nem propus qualquer medida que fôsse incompatível com o vosso ponto de vista, contanto que sejais pela União. Sugeri a emancipação mediante indenização, mas retorquistes que não desejáveis pagar impostos para comprar escravos. A minha intenção, contudo, foi tão sómente livrar-vos de maiores contribuições, caso tivésseis que salvar a União por outros meios.

Desaprovais a Proclamação de Emancipação e gostaríeis de vê-la ab-rogada. Para vós, é inconstitucional. Não penso assim. Julgo que a Constituição confere ao seu Comandante-Chefe a atribuição de promulgar leis extraordinárias em tempo de guerra. O mais que se poderia dizer, se tanto, a respeito da questão que consideramos, é que os escravos constituem propriedade. Não é verdade que, pela lei de guerra, se podem tomar os bens do inimigo ou até de aliados, em caso de necessidade? E não o fazemos sempre para ajudar a nossa causa e prejudicar a do adversário? Os exércitos, em todo o mundo, destroem a propriedade do inimigo quando não podem

servir-se dela; ainda mais, destroem a própria para impedir que caia em mãos hostis. Os beligerantes, quando civilizados, fazem todo o possível para auxiliar os seus aliados e ferir o inimigo, salvo umas poucas coisas consideradas como bárbaras e cruéis. Entre estas se conta o exterminio dos vencidos, combatentes ou não, de ambos os sexos.

Voltemos, contudo, à proclamação. Como lei, é válida ou não o é. No primeiro caso, não necessita ab-rogação. No segundo, seria tão impossível anulá-la como restituir um morto à vida. Alguns de vós pareceis pensar que a revogação seria favorável à União, mas não vejo por quê. Quando a Proclamação de Emancipação foi promulgada, já havia mais de ano e meio que o govêrno da República vinha tentando debelar a insurreição. Nos últimos três meses do aludido período, todos sabiam que a medida tinha que ser tomada, a não ser que os rebeldes depusessem as armas e retornassen à União. Estou certo de que a promulgação não veio a prejudicar o curso da guerra, que continua tão favorável como antes.

Sei, tanto quanto é dado a alguém conhecer as opiniões de outrem, que alguns comandantes de nossos exércitos, a quem devemos importantes vitórias, crêem que a política de emancipação e o armamento dos negros constituem o mais violento golpe desferido contra a rebelião; julgam, além disso, que pelo menos um dos aludidos triunfos teria sido impossível sem o auxílio de soldados pretos. Entre os mencionados generais, há alguns que jamais tiveram qualquer conexão com o que se chama abolicionismo ou com a política do Partido Republicano; a sua atitude baseia-se exclusivamente em considerações militares. Refiro-me a tais pontos de vista porque me parece terem algum pêso contra as objeções que, freqüentemente, se levantam no sentido de que a emancipação e o armamento dos negros não passam de precipitadas medidas de guerra e que, portanto, não podem ter sido adotadas em boa fé.

Dizeis que não combatereis para libertar os escravos. Contudo, alguns dêles parecem dispostos a lutar por vós; mas não importa. Combatei então, exclusivamente, para salvar a União.

Foi para ajudar-vos a alcançar êste objetivo que promulguei a emancipação. Quando tiverdes subjugado tôda a resistência contra o govêrno da República, se eu concitar-vos a prosseguir na luta, então, e só então, será o momento oportuno de declarardes que não quereis combater para libertar os negros.

Julguei que, em vossa luta pela União, a resistência do inimigo contra vós haveria de enfraquecer na medida em que os escravos deixassem de auxiliá-lo. Não pensais assim? Pareceu-me que a colaboração dos negros nas fôrças armadas haveria de aliviar as responsabilidades que pesam sôbre os soldados brancos neste conflicto. Não vos parece assim? Mas os pretos, como os outros sêres humanos, agem por causa de motivos. Por que deveriam fazer algo por vós se vos recusais a fazer o que quer que seja por êles? Se arriscam a vida por nós, é porque são levados a isso pelo motivo mais forte, no caso — a promessa da liberdade. E esta, uma vez dada, tem que ser cumprida.

Os signos tornam-se mais favoráveis. O Pai das Águas[2] desliza de novo, plàcidamente, rumo ao mar. Graças ao soldados do grande Noroeste! E não só a êles. Quinhentos quilômetros rio acima, reuniram-se às tropas da Nova Inglaterra, Nova Iorque, Pensilvânia e Nova Jersey, que vinham abrindo caminho a través das fileiras inimigas. Vários regimentos do radioso Sul também contribuíram para a vitória. No campo de batalha, escreveram êstes bravos a sua história, a ferro e fogo. Eis aí uma grande façanha nacional e não silenciemos nenhum dos que nela tiveram parte honrosa. É justo que se orgulhem os que desalojaram o inimigo do grande rio, mas isso não é tudo. Seria difícil negar que, em Antietam, Murfreesboro', Gettysburg e em outros campos menos célebres, se consumaran feitos de inexcedível heroísmo e incomparável estratégia. Não devemos tão pouco esquecer-nos dos marinheiros de Tio Sam. A sua presença se fêz sentir em tôdas as praias. Não só em

---

[2] O Mississipi. Lincoln refere-se, em seguida, a uma das mais importantes vitórias da União: Vicksburg, sôbre o aludido rio, havia sido tomada, a 4 de julho de 1863, pelas fôrças de Grant.

alto mar, na vasta baía e no rápido rio, mas também nos *baiús* estreitos e lamacentos e onde quer que o solo fôsse um pouco úmido, aí estiveram e aí deixaram as suas pegadas. Graças a todos: em nome da grande República e do princípio que é a sua razão de ser, em nome do ilimitado futuro do homem, graças a todos!

A paz já não mais parece tão distante. Espero que virá logo e que haverá de perdurar para sempre. Ficará provado então que, entre homens livres, é impossível apelar com êxito das urnas para as armas e que os que fizerem tal apêlo estão fadados a perder o seu caso e arcar com as conseqüências. E então, entre os negros, alguns se lembrarão de que, com línguas silenciosas e dentes cerrados, olhos firmes e baionetas caladas, ajudaram a humanidade na defesa de uma grande causa. Temo, contudo, que, entre os brancos, alguns não poderão esquecer-se de que, com coração malévolo e palavras fraudulentas, envidaram todos os esforços para impedí-lo.

Não sejamos, todavia, demasiado otimistas a respeito de um rápido triunfo final. Pelo contrário, o que nos convém é circunspecção, bastante circunspecção. Apliquemos com zêlo os meios, sem duvidar jamais de que um Deus justo, no devido tempo, nos dará a vitória definitiva.

A ORAÇÃO DE GETTYSBURG [1]

HÁ OITENTA e sete anos que nossos antepassados fundaram neste continente uma nova nação, concebida na liberdade e consagrada ao princípio de que todos os homens são iguais.

---

[1] Cf. Philip Van Doren Stern, *op. cit.*, p. 786-788. O mais famoso dos discursos de Lincoln foi pronunciado, a 19 de novembro de 1863, em Gettysburg, no estado de Pensilvânia. Livros inteiros escreveram-se a seu respeito, procurando determinar-lhe as origens. Compararam-no muitas vêzes com a "Oração Funebre" de Péricles, uma das obras-primas da eloquência helênica. Cp. com o discurso de Lincoln proferido, a 7 de julho de 1863, em Washington, pouco depois das vitórias de Gettysburg e Vicksburg; *apud* Philip Van Doren Stern, *op. cit.*, p. 763-764.

Eis-nos empenhados em uma formidável guerra civil, que provará se esta nação, ou qualquer outra assim concebida e consagrada, haverá de perdurar. Encontramo-nos reunidos em um grande campo de batalha dêste conflito, a fim de dedicar um pedaço de terra ao repouso derradeiro daqueles que tombaram aqui, imolando-se para que a nação pudesse sobreviver. É absolutamente digno e justo que assim o façamos.

Contudo, num sentido mais amplo, não podemos dedicar, nem consagrar, nem santificar êste solo. Os bravos, vivos ou mortos, que nêle combateram, já o consagraram de tal maneira, que nossas palavras seriam impotentes para lhes exaltar ou diminuir o heroísmo e a abnegação.

O mundo pouco há de notar, nem por muito tempo relembrará, o que dizemos neste momento, mas jamais olvidará o que êles aqui fizeram.

Compete-nos antes a nós, os que vivemos, concluir a obra que tão nobremente iniciaram os que sucumbiram na luta. Urge dedicarmo-nos à ingente tarefa que se nos depara: consagremos uma devoção ainda maior à causa pela qual êstes mortos veneráveis não hesitaram em fazer o sacrifício de suas vidas; juremos solenemente que não derramaram o sangue em vão; e que esta nação, com a graça de Deus, será iluminada por uma nova aurora de liberdade; e que o govêrno do povo pelo povo e para o povo não desaparecerá da face da terra.

CARTA A A. G. HODGES

Washington, 4 de abril de 1864.

PREZADO SENHOR:

Solicita-me V. Sa. redija, em carta, o que disse, há alguns dias, em sua presença, ao Governador Bramlette e ao Senador Dixon.[1] Foi mais ou menos o seguinte:

---

[1] O estado fronteiriço de Kentucky permaneceu fiel à União durante a guerra civil, embora os seus habitantes favorecessem, em geral,

"Sou, por natureza, antiescravista. A meu ver, se a escravidão não é uma injustiça, não há injustiças neste mundo, e não recordo um só instante de minha vida em que não tenha pensado e sentido desta maneira. Não obstante, jamais considerei que a Presidência me revestisse do ilimitado direito de agir, na esfera oficial, de conformidade com o meu juízo e os meus sentimentos. Segundo o juramento que prestei ao tomar posse de meu cargo, compete-me empregar os melhores meios para conservar, proteger e defender a Constituição dos Estados Unidos. Não podia assumir a suprema magistratura da nação sem o devido juramento, e seria contrário aos meus princípios se, encontrando-me no poder, violasse o solene compromisso que o depositou em minhas mãos. Compreendi igualmente que, durante o desempenho de minhas funções, não poderia deixar-me influenciar por pontos de vista pessoais a respeito do problema moral da escravidão. Declarei muitas vêzes pùblicamente, e vejo-me agora no caso de repetí-lo, que nem minhas idéias nem meus sentimentos sôbre tal questão jamais inspiraram qualquer de meus atos oficiais.

"Pareceu-me, todavia, que o juramento que prestei de salvaguardar a Constituição, impunha-me o dever de preservar de todo atentado o govêrno da República, a pátria, cuja lei orgânica é a própria Constituição. Porém, era possível deixar a nação sucumbir e manter, ao mesmo tempo, a Constituição?

"Uma lei geral obriga a proteger o corpo e os membros que o compõem. Muitas vêzes, contudo, para conservar o todo,

---

a escravidão. Pouco depois de haver o Congresso dos Estados Unidos ordenado o recrutamento dos negros, o Governador Thomas E. Bramlette, o ex-Senador Archibald Dixon e o Coronel A. G. Hodges, todos do aludido estado, vieram a Washington expressamente para manifestar o seu protesto contra a medida indicada. Lincoln escreveu então o que, aparentemente, é uma carta a Hodges, mas, na realidade, um documento público em que define a sua atitude sôbre tão delicada questão, que, possivelmente, iria causar agitações em outros estados fronteiriços. É nesta carta que se encontra sua célebre frase: "Não tenho a pretensão de haver dirigido os acontecimentos, antes pelo contrário, devo confessar que foram êles que me dirigiram." Cf. Philip Van Doren Stern, *op. cit.*, p. 806-809.

torna-se necessário sacrificar uma das partes; mas jamais acontece que uma pessoa sensata prefira perder a vida para livrar-se de uma amputação.

"Reconheci, portanto, que existe certa classe de medidas que, consideradas de certo modo, são inconstitucionais, mas que se justificam quando as exige a salvação da pátria. Justo ou injusto, aceito e professo êste princípio; e não poderia consentir em que se dissesse que eu havia envidado os maiores esforços para salvaguardar a Constituição, se, por causa da escravidão ou de qualquer outro interêsse, viesse a permitir que se dissolvessem o govêrno, o país e a própria Constituição.

"No princípio da guerra, quando o General Frémont tentou a emancipação militar, proibi-lhe que assim procedesse, pois não julgava então que tal medida fôsse imprescindível. Mais tarde, quando o Sr. Cameron, Ministro da Guerra, manifestou a idéia de armar os negros, combati igualmente o seu projeto por inoportuno. Ainda mais, quando o General Hunter, um pouco depois, perfilhou a mesma idéia de uma emancipação militar, opus-me novamente, pois não considerava que houvesse uma necessidade imperiosa para adotar tal medida.

"Entretanto, em março, maio e julho de 1862, fiz sinceros e reiterados apelos aos estados fronteiriços que haviam permanecido fiéis à União, para que aceitassem, mediante a indenização devida, a emancipação dos seus escravos, porque começava a crer então que, do contrário, o curso da guerra viria a reclamar, inevitàvelmente, o armamento dos negros. Os estados aludidos negaram-se a aceitar a minha proposta; vi-me então na alternativa de abandonar a União e com ela a Constituição, ou de apoderar-me com mão firme do elemento negro. Adotei esta última medida, esperando assim alcançar êxitos em vez de sofrer reveses.

"A experiência de mais de um ano veio tranqüilizar-me. Nada perdemos na estima da nação, do exército, nem das nações estrangeiras; e adquirimos, ao mesmo tempo, 130.000 soldados, marinheiros e operários. Eis aí fatos palpáveis que, como tais, não necessitam comentários: temos atualmente o indis-

pensável potencial humano, que nos teria faltado se não houvéssemos adotado a medida indicada.

"Todo aquêle que quiser salvar a União, condenando, todavia, o armamento dos negros, digne-se fazer, com inteira isenção de ânimo, o seguinte raciocínio: 'É necessário dominar a rebelião pela fôrça das armas, mas é preciso, ao mesmo tempo, tirar à causa da União 130.000 negros e tornar a colocá-los onde deveriam estar se não houvessem sido emancipados.' Se o mais obstinado continuar a manter tal sofisma, é porque é incapaz de render-se à luz mesma da verdade."

Seja-me permitido acrescentar umas poucas palavras que se não pronunciaram na entrevista à qual se refere V. Sa. As considerações precedentes, de maneira alguma as ditou o desejo de que se louve a minha sagacidade. Não tenho a pretensão de haver dirigido os acontecimentos, antes pelo contrário, devo confessar que foram êles que me dirigiram.

Hoje, depois de três anos de cruenta luta, a situação do país não é, por certo, a mesma que os homens e os partidos projetaram e esperavam. Apenas Deus pode ter sido o seu Autor; o fim a que nos conduz começa a manifestar-se. Se faz parte dos seus desígnios eliminar da fase da terra uma grande injustiça; se quer que tanto nós, homens do Norte, como vós, homens do Sul, paguemos devidamente nossa cumplicidade no mal, a história imparcial e severa verá nisso uma nova causa para reconhecer e reverenciar a justiça e a bondade do Onipotente.

CARTA À SRA. BIXBY [1]

Washington, 21 de novembro de 1864.

PREZADA SENHORA:

No Ministério da Guerra mostraram-me uma nota do Subchefe da Primeira Secção do Estado-Maior, de Massachusetts,

---

[1] De tôdas as cartas de Lincoln, esta é a mais famosa. A pedido do Governador Andrew, de Massachusetts, Lincoln escreveu-a à Sra.

segundo a qual sois mãe de cinco filhos que tombaram gloriosamente no campo de batalha.

Sinto quão débil e ineficaz seria qualquer palavra minha que tentasse subtrair-vos à dor causada por perda tão abrumadora. Contudo, não poderia prescindir de expressar-lhe aqui, como consôlo, a profunda gratidão que consagra a República àqueles que morreram para salvá-la.

Rogo a nosso Pai Celeste que mitigue a angústia de vosso desamparo, e deixe-vos tão sòmente a querida memória dos que amastes e perdestes e o solene orgulho que deveis sentir por haverdes oferecido tão custoso sacrifício no altar da Liberdade.

DISCURSO DE POSSE DO SEGUNDO MANDATO [1]

CONCIDADÃOS: Ao apresentar-me pela segunda vez para prestar o juramento de ofício como Presidente dos Estados Unidos, tenho menos motivos para discorrer que da primeira vez. Então parecia mui justificado entrar em pormenores sôbre a política a ser seguida. Hoje, depois de quatro anos, durante os quais se fizeram constantemente declarações públicas a respeito de cada aspecto e fase da grande luta que ainda absorve a atenção e concentra a energia da pátria, pouco de novo poderia dizer-se.

O progresso de nossas armas, de que principalmente tudo depende, é tão conhecido do público como de mim mesmo,

---

Lydia Bixby, uma viúva de Boston, para consolá-la pela perda de cinco filhos na frente de combate. Verificou-se mais tarde que apenas dois haviam de fato sucumbido na luta. Dos três restantes, dois foram feitos prisioneiros e um dêstes se alistou nas fôrças insurgentes; o último desertou e fêz-se marinheiro. Lincoln, sem dúvida, nada disso sabia ao escrever a aludida carta. Cf. Philip Van Doren Stern, *op. cit.*, p. 829.

[1] Pronunciado, a 4 de março de 1865, em Washington. Profundamente bíblico, neste discurso de posse se patenteia, mais que em qualquer outro, o vigoroso providencialismo de Lincoln. Cf. Philip Van Doren Stern, *op. cit.*, p. 839-842.

UNIVERSITY OF ILLINOIS

e confio em que é igualmente satisfatório e alentador para todos. Embora tenha muitas esperanças no porvir, não desejo aventurar predição alguma sôbre êle.

Em ocasião idêntica, faz precisamente quatro anos, todos os espíritos estavam inquietos com a perspectiva de uma guerra civil. Temiam-na todos, e todos tratavam de evitá-la. Enquanto neste mesmo lugar se pronunciava o discurso de posse, consagrado exclusivamente a salvar sem guerra a União, os agentes dos rebeldes andavam pela cidade procurando como destruir aquela sem guerra, isto é, tratando de dissolvê-la e dividir-lhe os bens por negociação. Ambas as partes condenavam a guerra, mas uma delas queria antes a guerra que deixar sobreviver a nação, ao passo que a outra aceitava a guerra antes que deixá-la perecer. E assim a guerra sobreveio.

Um oitavo da população dos Estados Unidos compunha-se então de homens de côr, não distribuídos proporcionalmente mas concentrados no Sul do país. Êstes escravos constituíam o centro de um poderoso interêsse. Todos sabiam que êste interêsse era, de certo modo, a causa da guerra. Fortificar, perpetuar e estender a escravidão, eis aí o objetivo pelo qual os insurgentes não hesitariam em dilacerar a União, ao passo que o Govêrno pretendia tão sòmente restringir-lhe a expansão territorial.

Nenhum dos beligerantes jamais imaginou que a guerra viesse a alcançar tal magnitude e duração. Ninguém previu que a causa do conflito pudesse cessar ao mesmo tempo ou antes que êle. Cada qual visava a um triunfo mais fácil e a resultados menos fundamentais e surpreendentes.

Ambos os partidos lêem a mesma Bíblia, rezam ao mesmo Deus e invocam Sua proteção na luta contra o adversário. Parece estranho que existam homens que ousem pedir auxílio a um Deus justo para ganhar o pão com o suor do rosto de outros homens, mas não julguemos para que não sejamos julgados. As preces de ambos não podiam ser atendidas. Não o foram completamente as de nenhum, pois o Todo-Poderoso tem os Seus desígnios próprios.

"Maldito seja o mundo por causa dos escândalos! porque é absolutamente necessário que os escândalos venham, mas, ai daquele que seja causa do escândalo!" Se supuséssemos que a escravidão americana é um dêsses escândalos que, segundo a Providência, devem necessàriamente vir, mas que, havendo durado o tempo preciso, Êle quer fazê-lo desaparecer agora, dando ao Norte e ao Sul esta terrível guerra como o castigo devido àqueles por quem o escândalo veio, não veríamos nisso a confirmação dos atributos que os que crêem em um Deus vivo estão sempre dispostos a reconhecer-Lhe?

Esperamos com devoção e rogamos com fervor que termine logo êste formidável flagelo da guerra. Todavia, se Deus quiser que a luta continue até que se consuma a riqueza acumulada pelo escravo durante dois séculos e meio de trabalhos forçados, e até que cada gota de sangue arrancada pelo látego seja redimida por outra derramada pela espada, como foi dito há três mil anos, contudo deverá dizer-se ainda: "Os juízos do Senhor são absolutamente verdadeiros e justos."

Sem malícia para ninguém, com caridade para todos, com firmeza no direito, na medida em que nos é dado por Deus ver o justo, esforcemo-nos por concluir a obra em que estamos empenhados; por curar as feridas da pátria, e cuidar do guerreiro, de sua viúva e de seus órfãos, e fazer tudo que possa contribuir para realizar e promover uma paz equitativa e duradoura entre nós mesmos e com tôdas as nações.

BIBLIOGRAFIA

Obras em Inglês

Angle, Paul M. *The Lincoln Reader,* edited, with an introduction, by Paul M. Angle. New Brunswick, Rutgers University Press, 1947, 564 p. "A biography written by 65 authors."

———. *Abraham Lincoln,* his autobiographical writings now brought together for the first time and prefaced with an introductory comment by Paul M. Angle. New Brunswick, Rutgers University Press, 1948, 62 p.

Arnold, Isaac N. *The History of Abraham Lincoln and the Overthrow of Slavery.* Chicago, Clarke and Company, 1866, 736 p.

———. *The Life of Abraham Lincoln.* Chicago, 1885, 462 p.

Barton, William E. *The Life of Abraham Lincoln.* Indianapolis, The Bobbs-Merrill Company, 1925, 2 vols.

Basler, Roy P. *The Lincoln Legend*; a study in changing conceptions. Boston and New York, Houghton Mifflin Company, 1935, 335 p.

———. *Abraham Lincoln: his speeches and writings,* edited with critical and analytical notes by Roy P. Basler. Preface by Carl Sandburg. Cleveland and New York, The World Publishing Company, 1946, 843 p.

Bollinger, James W. *Lincoln, Statesman and Logician.* Davenport, Iowa, 1944, 68 p.

Brooks, Noah. *Abraham Lincoln and the Downfall of American Slavery.* New York, G. P. Putnam's Sons, 1894, XV, 471 p.

Bullard, F. Lauriston. *Abraham Lincoln and the Widow Bixby.* New Brunswick, Rutgers University Press, 1946, 154 p.

Carpenter, Francis B. *The Inner Life of Abraham Lincoln.* Six Month at the White House. Boston, Houghton Mifflin and Company, 1883, 359 p.

Chapman, Ervin. *Latest Light on Abraham Lincoln.* New York, Chicago, Fleming H. Revell Company, 1917, 570 p.

Chittenden, L. E. *Recollections of President Lincoln and His Administration.* New York, Harper and Brothers, 1891, 470 p.

Daugherty, James. *Abraham Lincoln.* New York, The Viking Press, 1943, 216 p.

Foner, Philip S. *Abraham Lincoln*; selections from his writings, edited, with an introduction, by Philip S. Foner. New York, International Publishers, 1944, 96 p.

Gilmore, James R. *Personal Recollections of Abraham Lincoln and the Civil War.* Boston, L. C. Page and Company, 1898, 338 p.

Gore, J. Rogers. *The Boyhood of Abraham Lincoln.* Indianapolis, The Bobbs-Merrill Company, 1921, 316 p.

Herndon, William H. and Weik, Jesse W. *Herndon's Lincoln*; the true story of a great life,... The history and personal recollections of Abraham Lincoln. Chicago, New York, Belford, Clarke and Company, 1889, 3 vols.

Hill, Frederick Trevor. *Lincoln the Lawyer.* New York, The Century Company, 1906, 332 p.

Lamon, Ward H. *The Life of Abraham Lincoln.* Boston, J. R. Osgood and Company, 1872, 547 p.

———. *Recollections of Abraham Lincoln.* (1847-1865.) Washington, D. C., 1911, 377 p.

Lapsley, Arthur Brooks. *The Writings of Abraham Lincoln*; edited by Arthur Brooks Lapsley, with an introduction by Theodore Roosevelt... New York, G. P. Putnam's Sons. 1905-06, 8 vols.

McClure, A. K. *Abraham Lincoln and Men of War Times.* Philadelphia, The Times Publishing Company, 1892, 462 p.

———. "*Abe*" *Lincoln's Yarns and Stories*; with introduction and anecdotes by Colonel Alexander K. McClure. Chicago (?), 1904, 512 p.

Mearns, David C. *The Lincoln Papers*; the story of the collection with selections to July 4, 1861, edited by David C. Mearns, with an introduction by Carl Sandburg. New York, Doubleday and Company, Inc., 1948, 2 vols.

Nabuco, Joaquim. *Lincoln's World Influence*; remarks of the Brazilian Ambassador, Mr. Joaquim Nabuco, at the Fourteenth Annual Banquet of the Lincoln Republican Club and of the Young Men's Republican Club of Grand Rapids, on February 12th, 1906, 4 p.

———. *Lincoln's Centenary*; speech of the Brazilian Ambassador Joaquim Nabuco at the celebration in Washington of Lincoln's centenary organized by the Commissioners of the District of Columbia, February 12th, 1909, 4 p.

Newton, Joseph Fort. *Lincoln and Herndon.* Cedar Rapids, Iowa, The Torch Press, 1910, 367 p.

Nicolay, Helen. *Personal Traits of Abraham Lincoln.* New York, The Century Company, 1912, 387 p.

———. *The Boy's Life of Abraham Lincoln.* New York, The Century Company, 1906, 307 p.

Nicolay, John G. and Hay, John. *Abraham Lincoln; A History.* New York, The Century Company, 1890, 10 vols.

———. *A Short Life of Abraham Lincoln*, by John G. Nicolay (condensed from Nicolay and Hay's *Abraham Lincoln).* New York, The Century Company, 1902, 578 p.

———. *Complete Works of Abraham Lincoln*, edited by John G. Nicolay and John Hay; with a general introduction by Richard Watson Gilder, and special articles by other eminent persons. New York, F. D. Tandy Company, 1905, 12 vols.

Randall, James Garfield. *Constitucional Problems Under Lincoln.* New York, London, D. Appleton and Company, 1926, XVIII, 580 p.

———. *Lincoln, the President; Springfield to Gettysburg.* New York, Dodd, Mead and Company, 1945, 2 vols.

———. *Lincoln and the South.* Baton Rouge, Louisiana State University Press, 1946, 161 p.

———. *Lincoln, the Liberal Statesman.* New York, Dodd, Mead, 1947, 266 p.

Rankin, Henry B. *Personal Recollections of Abraham Lincoln.* New York and London, G. P. Putnam's Sons, 1916, 412 p.

———. *Intimate Character Sketches of Abraham Lincoln.* Philadelphia and London, J. Lippincott Company, 1924, 344 p.

Rice, Allen Thorndyke. *Reminiscences of Abraham Lincoln by Distinguished Men of His Time,* collected and edited by Allen Thorndyke Rice. New York and London, Harper and Brothers, 1909, 428 p.

Richardson, James D. *A Compilation of the Messages and Papers of the Presidents* (1789-1897). Washington, 1897, vol. VI.

Richardson, Robert Dale. *Abraham Lincoln's Autobiography,* with an account of its origin and history, and additional biographical material, by Robert Dale Richardson. Boston, Beacon Press, 1947, 45 p.

Robinson, Luther Emerson. *Abraham Lincoln as a Man of Letters.* New York and London, G. P. Putnam's Sons, 1923, 344 p.

Sandburg, Carl. *Abe Lincoln Grows Up.* New York, Chicago, Harcourt, Brace and Company, 1931, 180 p.

———. *Abraham Lincoln, The Prairie Years.* New York, Harcourt, Brace and Company, 1926, 2 vols.

———. *Abraham Lincoln; The War Years.* New York, Harcourt, Brace and Company, 1939, 4 vols.

———. *Storm Over the Land;* a profile of the Civil War taken mainly from *Abraham Lincoln; The War Years.* New York, Harcourt, Brace and Company, 1942, 440 p.

Stephenson, Nathaniel Wright. *Lincoln.* An account of his personal life, especially of its springs of action as revealed and deepened by the ordeal of war. Indianapolis, The Bobbs-Merrill Company, 1922, 474 p.

———. *An Autobiography of Abraham Lincoln,* compiled and annotated by Nathaniel Wright Stephenson. Indianapolis, The Bobbs-Merrill Company, 1926, 501 p.

Tarbell, Ida M. *The Life of Abraham Lincoln.* New York, The Macmillan Company, 1917, 2 vols.

———. *In the Footsteps of the Lincolns.* New York, Harper and Brothers, 1924.

Thomas, Benjamin Platt. *Portrait for Posterity: Lincoln and His Biographers.* New Brunswick, Rutgers University Press, 1947, 329 p.

Tracy, Gilbert A. *Uncollected Letters of Abraham Lincoln,* brought together by Gilbert A. Tracy. New York, Houghton Mifflin Company, 1917.

Van Doren, Carl. *The Literary Works of Abraham Lincoln,* selected, with an introduction, by Carl Van Doren and with illustrations by John Stewart Curry. Menasha, Wisconsin. Printed for the members of the Limited Edition Club by The Collegiate Press, 1942, 294 p.

———. *The Literary Works of Abraham Lincoln,* selected and arranged, with a foreword, by Carl Van Doren. New York, The Press of The Readers Club, 1942, 302 p.

Stern, Philip Van Doren. *The Life and Writings of Abraham Lincoln.* Edited, and with a biographical essay, by Philip

Van Doren Stern. With an introduction "Lincoln in his Writings" by Allan Nevins. New York, Random House, 1940, 863 p.

Weik, Jesse W. *The Real Lincoln.* New York, Houghton Mifflin Company, 1922.

Williams, T. Harry. *Selected Writings and Speeches of Abraham Lincoln*, edited by T. Harry Williams. Chicago, Packard and Company, 1942, 269 p.

Wilson, Rufus Rockwell. *Uncollected Works of Abraham Lincoln,* his letters, addresses and other papers, assembled and annotated by Rufus Rockwell Wilson, assisted by other Lincoln scholars. A supplement to and revision of *The Complete Works of Lincoln,* by Nicolay and Hay. Elmira, New York, The Primavera Press, 1947. — Vol. 1. 1824-1840. — Vol. 2. 1841-1845.

Obras em Espanhol e Português

Campos Menéndez, Enrique. *Lincoln.* Buenos Aires, Emecé Editores, S. A., 1945, 127 p.

Foner, Philip Sheldon. *Tres Perfiles de América: Washington, Jefferson, Lincoln;* ensayos biográficos — selección de sus escritos. Traducción de Alfredo Aragona. Montevideo, Ediciones Pueblos Unidos, 1945, 207 p.

Jarnés, Benjamín. *Escuela de Libertad;* Siete Maestros: Bolívar, Hidalgo, Lincoln, Martí, San Martín, Sucre, Washington. México, D. F., Editorial Continental, S. R. L., 1942, 303 p. Sôbre Lincoln, cf. pp. 115-169.

Piñeyro, Enrique. *Hombres y Glorias de América.* Paris, Garnier, 1903, 356 p. Cf. "El conflicto entre la esclavitud y la libertad en los Estados Unidos de 1850 a 1861", pp. 1-155; "Abraham Lincoln", pp. 317-331.

Rodríguez Troche, Concha e Caballer, Luis. *Abraham Lincoln, desde la Cuna a la Casa Blanca.* Ponce, Puerto Rico, Editorial Camacho, 1939, 363 p.

Sandburg, Carl e Angle, Paul M. *María Lincoln, Esposa y Viuda.* Primera Parte por Carl Sandburg; Segunda Parte (cartas, documentos y apéndice) por Paul M. Angle. Versión castellana de Augusto Drien. Santiago de Chile, Ediciones Ercilla, 1943, 261 p.

Santovenia, Emeterio S. *Lincoln.* Buenos Aires, Editorial Americalee, 1948, 469 p.

———. *Lincoln en Martí.* Prólogo de Félix Lisazo. La Habana, Editorial Trópico, 1948, 157 p.

Sarmiento, Domingo F. *Vida de Abraham Lincoln.* Buenos Aires, Editorial Alba, 1941, 325 p.

Stephenson, Nathaniel Wright. *Lincoln;* narração de sua vida pessoal, especialmente dos móveis de sua ação, como foram revelados e aprofundados no transe da guerra civil. Tradução de Monteiro Lobato. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1942, 349 p.

Este libro fué preparado por la División de Filosofía, Letras y Ciencias de la Unión Panamericana, e impreso en los Talleres Gráficos de la Nación, SCPERS, de México, en agosto de 1950.